

# ECONOMIA POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL SEGUNDO GUSTAV SCHMOLLER

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho<sup>1</sup>

Matheus Dias Silveira<sup>2</sup>

## RESUMO

A Escola Histórica Alemã<sup>3</sup> é, juntamente com o marxismo, a principal fonte de influência para a economia heterodoxa do século XX. Schmoller foi o principal nome da Escola Histórica e teve papel de liderança do ambiente acadêmico alemão de economia no final do século XIX e início do século XX. O autor criticou o caráter a-histórico e o emprego do método abstrato e dedutivo já presentes no pensamento econômico do século XIX. Schmoller foi pioneiro na investigação das instituições e organizações da vida econômica, assunto que vem ganhando força no debate econômico desde a década de 1970. No que se refere às instituições das economias modernas, argumentou que as instituições de mercado são construções sociais e não são inerentes a todas as sociedades e a todos os períodos históricos. Sublinhou o quanto as instituições das Economias Nacionais contemporâneas são ligadas e dependentes das instituições dos modernos Estados Nacionais. O autor procurou desenvolver uma abordagem econômica histórica e ética, que trabalha o pensamento econômico de maneira integrada com as reflexões das demais áreas de estudo da sociedade (entre as quais história, filosofia, direito, política). Defendeu a promoção de políticas sociais como um meio para promoção da justiça, da reforma social e do desenvolvimento econômico nacional.

**Palavras-chave:** Gustav Schmoller; Escola Histórica Alemã; Metodologia.

**Artigo submetido ao XXIV Encontro Nacional de Economia Política**

**Área 1. Metodologia e história do pensamento econômico**

---

1 Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

2 Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

3 O presente texto foi baseado na monografia de conclusão de curso de Matheus Dias Silveira, “Relações entre Estados e mercados segundo a Escola Histórica Alemã: List, Schmoller e Wagner”, orientada por Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho. A monografia foi beneficiada por críticas e sugestões de Múcio Tosta Gonçalves, que não tem responsabilidade pelos equívocos presentes no texto.

## 1 Introdução

Gustav von Schmoller (1838-1917) é considerado o principal teórico da Nova Escola Histórica Alemã<sup>4</sup> e um dos autores alemães de economia de maior prestígio durante o período do Império Alemão (1871-1918). Filho de um funcionário público de destaque, Friedrich Schmoller, estudou *Staatwissenschaften* (disciplina que combinava, entre outros campos, filosofia política, administração pública, economia, direito e história) na Universidade de Tübingen. Trabalhou, por um curto período de tempo, no serviço público em Württemberg e foi professor na Universidade de Halle (1864-72), na Universidade de Estrasburgo (1872-1882) e na Universidade de Berlim (1882-1913) (SCHEFOLD, 2008; CUNHA, 2014; SCHMIDT, 2018).

Nascido na cidade de Heilbronn, localizada no estado de Württemberg, em um período de intensa disputa entre Prússia e Áustria em torno da hegemonia política e econômica sobre os territórios da Confederação Alemã, Gustav von Schmoller cresceu sob influência direta daquilo que alguns anos antes do seu nascimento fora concebido como o Zollverein (1834), a União Aduaneira entre estados Alemães que servira para estimular a economia da região e a ligação entre os estados sulinos com o restante da Confederação (CUNHA, 2014).

Schmoller<sup>5</sup> foi um dos fundadores, em 1873, e uma das principais lideranças da Associação de Política Social (*Verein für Socialpolitik*). Schmoller permaneceu por muitos anos como presidente da Associação, que exerceu forte influência sobre a política econômica alemã do período e que, após uma interrupção entre os anos de 1936 e 1948, mantém suas atividades até os dias atuais. Foi membro, desde 1884, do Conselho de Estado Prussiano e representou a Universidade de Berlim no Parlamento da Prússia, após ter assumido a Reitoria da Universidade de Berlim entre 1897-1898 (CUNHA, 2014).

---

4 De modo geral, o ano de 1843 é considerado o ano de fundação da Escola Histórica Alemã, marcado pela publicação, por Wilhelm Roscher, do livro “Princípios de leitura em Economia Política de acordo com o método histórico”. A Escola Histórica Alemã enfatiza a importância das instituições, da análise histórica, do diálogo com o direito, com a filosofia, com a sociologia e com as ciências humanas de um modo geral, para a compreensão da economia. A abordagem procura se contrapor ao pensamento dominante em economia naquele período, a Economia Política Clássica. Os autores ligados à Escola Histórica Alemã criticavam o excesso de abstração, de irrealismo e a pouca ênfase da análise histórica da Economia Política Clássica e do Marginalismo (que deu origem à Economia Neoclássica, dominante atualmente nas ciências econômicas). Historiadores do pensamento econômico normalmente dividem a abordagem em três gerações: a Velha Escola Histórica, que inclui Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878), e Karl Knies (1821-1898); a Nova Escola Histórica, liderada por Gustav von Schmoller (1838-1917), que inclui, entre outros, Adolph Wagner (1835-1917), Lujo Brentano (1844-1931) e George F. Knapp (1842-1926); A Novíssima Escola Histórica tem como nomes de destaque Werner Sombart (1863-1941), Arthur Spiethoff (1873-1957) e Max Weber (1864-1920). Friedrich List (1789-1846) é considerado o mais célebre precursor da Escola Histórica Alemã (PEARSON, 2008; SHIONOYA, 2005).

5 Na obra clássica “História da análise econômica”, Schumpeter (1954, p. 779-782) identifica quatro características principais do pensamento de Schmoller, que serão discutidas ao longo do presente texto: i) defesa da reforma social; ii) crítica direcionada às visões naturalistas e reducionistas da história; iii) crítica ao isolamento da economia em relação às outras ciências humanas; iv) busca por sistematizar a evolução histórica dos processos econômicos. Além de destacar esses pontos, Schumpeter (1954, p. 779-782) critica a grande importância atribuída pelo autor ao Estado, assim como uma suposta “fraca teorização”.

Schmoller, assim como diversos autores ligados à Associação de Política Social e à Escola Histórica Alemã, era um defensor da reforma social, conjunto de políticas tanto modernizadoras do Estado e da administração pública quanto promotoras da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Desse modo, o autor se opunha tanto às formas mais radicais de defesa do liberalismo econômico, que associa com a Escola de Manchester<sup>6</sup>, quanto ao movimento socialista revolucionário, que o autor relaciona a Marx e Engels.

Os professores universitários alemães defensores da reforma social implementada pelo Império Alemão ficaram conhecidos, à época, como “socialistas de cátedra” (*Kathedersozialisten*). Schmoller, a principal figura entre os “socialistas de cátedra”, liderou o ambiente acadêmico alemão de economia, um dos primeiros do mundo a se estruturar. Em virtude desse papel de liderança, Schmoller e outros nomes de destaque da Escola Histórica Alemã, tais como Roscher, Wagner e Brentano, influenciaram a formação de intelectuais de diversas partes do mundo, como França, Inglaterra, Estados Unidos, Índia, Rússia, Japão e Finlândia. Entre os intelectuais da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Japão influenciados pela Escola Histórica Alemã, destacam-se William J. Ashley, Richard Jones, W. E. B. Du Bois, Richard T. Ely, E. R. A. Seligman, Noburu Kanai e Tokuzô Fukuda, que, por sua vez, contribuíram, de maneira direta ou indireta, com diversos movimentos reformistas do final do século XIX e início do século XX, entre os quais a Era Progressista, nos Estados Unidos, e a Era Meiji, no Japão (CUNHA, 2014; YAMAWAKI, 1995; PEARSON, 2008). De acordo com Pearson (2008), a *American Economic Association* e a *American Academy of Political and Social Science*, nos Estados Unidos, e a Sociedade para Política Social, no Japão, foram organizações modeladas a partir do *Verein für Socialpolitik*. Ainda segundo Pearson (2008), 20 dos 26 primeiros presidentes da *American Economic Association* estudaram na Alemanha.

Schmoller foi um dos primeiros autores de economia a enfatizar a centralidade das instituições e da evolução institucional para o entendimento da sociedade. Entretanto, a diminuição relativa do alemão como idioma acadêmico ao longo do século XX e a perda do prestígio do pensamento histórico em economia fizeram com que a obra do autor fosse deixada em segundo plano (CHAVANCE, 2007, p. 4; SCHMIDT, 2018; HODGSON, 2001, 2004). Mesmo com o crescimento da importância de abordagens que tratam de instituições e da evolução econômica – tais como o Institucionalismo Original, a Escola Francesa da Regulação, a Escola das Estruturas Sociais de Acumulação, a Nova Economia Institucional e a Abordagem Neoschumpeteriana – a obra do autor ainda não vem sendo sistematicamente revisitada.

---

6 A Escola de Manchester, originada na cidade inglesa de mesmo nome, foi liderada por Richard Cobden e John Bright. Foi um movimento que defendia o livre comércio, no âmbito internacional, assim como um capitalismo de tipo *laissez-faire*.

De modo a apresentar a obra de Schmoller, enfatizando principalmente a relação entre Estado Nacionais e Economias Nacionais, o restante do texto se estrutura da seguinte maneira: a próxima seção introduz o tema do método na obra de Schmoller; no terceiro item será tratado da interdependência e do surgimento dos Estados Nacionais e das Economias Nacionais; na quarta parte do texto será enfatizado o pensamento econômico histórico e ético do autor, assim como sua defesa da reforma social como instrumento para diminuir o conflito de classes, diminuir a concentração de renda e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora; na última parte do texto serão apresentadas as considerações finais.

## 2 Método da Economia Política

Uma das características mais importantes da obra de Schmoller é a crítica ao método abstrato e dedutivo, utilizado tanto por alguns adeptos da Economia Política Clássica quanto pelo Marginalismo, tendência que se consolidou a partir da década de 1870, notadamente a partir dos trabalhos de Jevons, Walras e Menger<sup>7</sup>. Este último autor, considerado o fundador da Escola Austríaca de Economia, protagonizou, juntamente com Schmoller, o mais célebre debate sobre o método da economia, conhecido como “batalha dos métodos” (*Methodenstreit*).

A “batalha dos métodos” teve início com a publicação, em 1883, da obra de Carl Menger “Investigações sobre o método das ciências sociais, com especial referência à economia”, em que o autor defende a utilização da metodologia dedutiva nas ciências sociais. Após a publicação desse livro, Schmoller escreveu uma resenha crítica à obra, que deu início a diversas publicações, ao longo de vários anos, separando Schmoller e seus seguidores (defensores do método histórico para a análise econômica), de um lado e Menger e seus discípulos (defensores do método abstrato e dedutivo). Apesar de Schmoller e Menger só terem se envolvido diretamente na polêmica apenas em seus primeiros anos, o debate se estendeu pelo menos até 1910 e causou repercussão não só na intelectualidade alemã, mas também nos Estados Unidos e na Inglaterra. De acordo com Schumpeter (1954, p. 782)<sup>8</sup>, a “história dessa literatura é substancialmente a história de energias desperdiçadas, que poderiam ter sido melhor utilizadas”<sup>9</sup>.

---

7 Carl Menger nasceu em 1840 no então Império Austríaco. Estudou nas Universidades de Viena (1859-1860) e Praga (1860-1863). Tornou-se Doutor em Jurisprudência pela Universidade Jaguelônica, da Cracóvia (1871). Em 1873 tornou-se professor da Faculdade de Direito da Universidade de Viena. Em 1876 tornou-se tutor do príncipe Rudolf, da Áustria. Faleceu em Viena em 1921.

8 Com o intuito de tornar o texto mais acessível aos leitores, as citações em língua estrangeira foram traduzidas livremente pelos autores. As passagens originais se encontram em notas de rodapé.

9 “The history of this literature is substantially a history of wasted energies, which could have been put to better use” (SCHUMPETER, 1954, p. 782).

É importante observar que antes mesmo do *Methodenstreit* ter início, Schmoller já polemizara com Menger, após a publicação, em 1871, dos “Princípios de economia política”, do autor austríaco<sup>10</sup>. O líder da Escola Histórica Alemã publicou uma resenha crítica ao trabalho de Menger, destacando negativamente a “reflexão abstrata”, o apego a “formas matemáticas”, a utilização de “Robinsonadas”, em suma, um modo de compreender a economia que remeteria ao pensamento abstrato e dedutivo de Ricardo em vez de utilizar o modo histórico de compreensão da economia, então dominante na Alemanha:

Sua força reside na reflexão abstrata e detalhada de processos simples; ele ama formas matemáticas e fórmulas; a ideia básica que o domina é atribuir, com urgência consistente, as manifestações elementares da vida econômica à simples motivação econômica da humanidade, a inclinação para a melhoria da própria condição econômica. Assim, chegamos a uma maneira de ver as coisas que lembram Ricardo em vez do que as tendências reinantes hoje nos círculos científicos alemães. A lucidez na teoria abstrata é seu objetivo; uma discussão cansativamente extensa de exemplos, de fato muito detalhada, que é mais ligada a Robinsonadas do que às condições econômicas contemporâneas, é o modo pelo qual ele prossegue. Os resultados são produtos indubitáveis de uma perspicácia incomum; mas eles não passam de novas formulações de tópicos convencionais abstratos em vez de soluções reais para problemas reais (SCHMOLLER, 1873, p. 407)<sup>11</sup>.

Nesta passagem pode-se observar como Schmoller rejeita a ideia de uma teoria econômica que parte dos pressupostos da naturalização, argumenta que o texto de Menger possui muitas fórmulas e argumentos matemáticos, reduz atos fundamentais da vida humana em sociedade a simples motivação econômica e se afasta dos problemas da realidade.

Mais adiante em sua crítica, Schmoller compara o método utilizado por Menger como os métodos utilizados pelas ciências naturais. O líder da Escola Histórica nega que a economia abstrata utilize os mesmos métodos das ciências naturais e argumenta que se a Economia Política se espelhasse naquelas ciências, as abordagens utilizadas seriam as históricas e estatísticas e não as abstratas e dedutivas.

As ciências naturais fizeram sua pesquisa precisa com escalas e microscópios; as abordagens que correspondem a eles em economia são os históricos, estatísticos, etc.; se as ciências naturais quisessem proceder, como o Dr. Menger faz em economia, elas teriam que explorar abstratamente o conceito da célula, o elemento químico e afins e derivar seus argumentos para essa forma (SCHMOLLER, 1873, p. 408)<sup>12</sup>.

---

10 Carl Menger dedicou seu primeiro livro a um dos fundadores da Escola Histórica Alemã, Roscher, fato que indica o prestígio da escola de pensamento no ambiente acadêmico da época: “Dedico esta obra ao Conselheiro da Corte Real da Saxônia Dr. Wilhelm Roscher, Professor de Ciências Políticas e de Economia Política na Universidade de Leipzig” (MENGER, 1871, p. 238).

11 “His strength lies in abstract, detailed pondering of simple processes; he loves mathematical forms and formulas; the basic idea that dominates him is to ascribe, with consistent urgency, the elementary manifestations of economic life to the simple economic motivation of mankind, the inclination toward the improvement of one’s own economic condition. Thus, we come to a way of viewing things reminiscent of Ricardo rather than the tendencies reigning today in German scientific circles. Lucidity in abstract theory is his objective; very detailed, indeed, tiresomely extensive discussion of examples, which is much more tied to Robinsonades than to contemporary economic conditions, is the way in which he proceeds. The results are the indubitable products of a not ordinary acumen; but they amount to no more than new formulations of abstract conventional topics rather than actual solutions to real problems” (SCHMOLLER, 1873, p. 407).

12 “The natural sciences have done their precise research with scales and microscopes; the approaches that correspond to them in economics are the historical, statistical, etc.; if the natural sciences want to proceed, as Dr. Menger does in economics, they would have to abstractly explore the concept of the cell, the chemical element and the like and derive their arguments therefrom” (SCHMOLLER, 1873, p. 408).

A metodologia do autor é, por vezes, caracterizada como “hostil à teorização” (SCHUMPETER, 1954, p. 384) e os dois lados da “batalha dos métodos” frequentemente são apresentados de maneira extremada e simplificada (HANDS, 2001, p. 39-40). Na verdade, Schmoller procurou conciliar tanto a abordagem histórica quanto a teórica. Criticou obras mercantilistas e cameralistas por serem “compilações históricas sem ideias” e criticou as teorias dedutivas que tentam partir da análise da “natureza humana” para alcançar o “santuário do conhecimento sem esforço” (SCHMOLLER, 1893, p. 370-371).

Procurando sintetizar os dois extremos da “batalha dos métodos”, Schmoller argumentou que a observação e a descrição não são os objetivos finais da Economia Política, mas a base para que tanto a indução quanto a dedução possam ser realizadas de maneira mais sólida:

“(…) a ciência alemã (...) jamais pensou, portanto, que a observação e a descrição constituíssem toda a ciência, que elas eram mais do que a preparação para alcançar às verdades gerais. Ela simplesmente sustentou, e com razão, que sem essa base empírica e sem um aprendizado rigoroso e um longo hábito por essa via, não haveria nem indução nem dedução sólidas” (SCHMOLLER, 1893, p. 371)<sup>13</sup>.

### 3 Economias Nacionais e Estados Nacionais

O elemento principal da crítica de Schmoller à Economia Política Clássica e aos primeiros marginalistas, que permeia muitos de seus argumentos teóricos e metodológicos apresentados ao longo deste texto, é a ideia de que a vida econômica não pode ser reduzida à ação individual, em outras palavras, adota uma postura crítica à concepção contemporaneamente chamada de individualismo metodológico:

A ideia de que a vida econômica sempre foi um processo dependente principalmente da ação individual – uma ideia baseada na impressão de que a economia se ocupa meramente com métodos de satisfação das necessidades individuais – é incorreta no que se refere a todos os estágios da civilização humana e, em alguns aspectos, é mais incorreta quanto mais voltamos ao passado [...].

Os primeiros assentamentos e ocupações do solo nunca foram um assunto de indivíduos, mas de tribos e clãs (SCHMOLLER, 1884, p. 3-4)<sup>14</sup>.

Do ponto de vista do autor, a vida econômica moderna não pode ser entendida a partir de características dos indivíduos. O desenvolvimento da sociedade deve ser entendido como um processo histórico complexo no qual culturas, religiões, formas de governo e vida material se transformaram e se condicionaram mutuamente. Tal modo de compreender a economia faz de Schmoller um dos autores pioneiros na investigação das instituições e organizações como unidades

13 “(...) la science allemande (...) n’a jamais pensé cependant que l’observation et la description constituaient toute la science, qu’elles étaient plus que la préparation pour arriver à des vérités générales. Elle a simplement soutenu et avec raison, que sans cette base empirique et sans un apprentissage rigoureux et une longue habitude dans cette voie, il n’y avait ni induction ni déduction solides” (SCHMOLLER, 1893, p. 371).

14 “The idea that economic life has ever been a process mainly dependent on individual action — an idea based on the impression that it is concerned merely with methods of satisfying individual needs, — is mistaken with regard to all stages of human civilisation, and in some respects it is more mistaken the further we go back (...). The first settlement and occupation of the soil is never a matter for individuals, but for tribes and clans (SCHMOLLER, 1884, p. 3-4).

de análise da vida econômica. O conceito de instituição aparece na obra do autor com um significado próximo do utilizado por escolas de pensamento contemporâneas que enfatizam o conceito, tais como o Institucionalismo Original, a Nova Economia Institucional e a Escola Francesa da Regulação (CHAVANCE, 2009). Para Schmoller, uma instituição é um arranjo de hábitos, regras, práticas e leis que serve como padrão de comportamentos de indivíduos e organizações por um longo período de tempo.

Por instituição política, jurídica, econômica, entendemos um arranjo realizado em um ponto particular da vida da comunidade, servindo a dados objetivos, que chega a uma existência e um desenvolvimento próprios e serve como um enquadramento, um molde para a ação de sucessivas gerações por centenas ou milhares de anos: propriedade, escravidão, servidão, casamento, tutela, mercado, moeda, liberdade industrial – são exemplos de instituições. É necessário, para cada instituição, um conjunto de hábitos e regras da moral, do costume e do direito (...) (SCHMOLLER, 1905, p. 149-150)<sup>15</sup>.

Por seu turno, as organizações, ou “órgãos sociais”, se referem ao âmbito pessoal e humano das instituições. Por exemplo, as famílias são os órgãos básicos da instituição do casamento e as empresas são os órgãos básicos dos mercados. Os indivíduos agem a partir do seu posicionamento nas instituições e nas organizações. Desse modo, a vida econômica e social não é resultado de escolhas de indivíduos, mas sim um processo histórico de construção, reprodução e transformação de instituições e organizações.

Por órgão constituído, entendemos o lado pessoal da instituição; o casamento é a instituição, a família é o órgão. Os órgãos sociais são as formas constantes que moldam a união de pessoas e bens para fins específicos: o povo, a família, as sociedades, as corporações, as confrarias, as comunas, as empresas, o Estado, estes são os órgãos essenciais da vida social (SCHMOLLER, 1905, 150)<sup>16</sup>.

No caso específico das instituições e organizações da vida econômica moderna, sua origem histórica é explicada no processo histórico do surgimento conjunto das Economias Nacionais (*Volkswirtschaft*) e dos Estados Nacionais.

Schmoller (1893, p. 327-329) resgata a origem da etimológica da palavra economia, derivada das palavras gregas *oikos* (que significa casa, ou residência) e *nemein* (que se refere a gerir). Na língua alemã, a palavra equivalente é *wirtschaft*, que também se refere a atividades de organização da residência. Portanto, tanto a expressão grega quanto a alemã se referem ao que passou a ser chamado posteriormente de economia doméstica, a forma básica de organização material, com elevado grau de autossuficiência, que predominou, de diferentes maneiras, durante a Antiguidade e a

15 “Par institution politique, juridique, économique, nous comprenons un arrangement pris sur un point particulier de la vie de la communauté, servant à des buts donnés, arrivé à une existence et à un développement propres, qui sert de cadre, de moule à l’action des générations successives pour des centaines ou des milliers d’années: la propriété, l’esclavage, le servage, le mariage, la tutelle, le marché, la monnaie, la liberté industrielle, voilà des exemples d’institutions. Il s’agit, pour chaque institution, d’un ensemble d’habitudes et de règles de la morale, de la coutume et du droit (...)” (SCHMOLLER, 1905, p. 149-150).

16 “Par organe constitué nous comprenons le côté personnel de l’institution; le mariage est l’institution, la famille est l’organe. Les organes sociaux sont les formes constantes que revêt l’union des personnes et des biens en vue do buts déterminés: la gens, la famille, les sociétés, les corporations, les confraternités, les communes, les entreprises, l’Etat, voilà les organes essentiels de la vie sociale” (SCHMOLLER, 1905, p. 150).

Idade Média. A forma de economia contemporânea é caracterizada pelo autor como Economia Nacional (*Volkswirtschaft*).

São apenas os grandes Estados Nacionais, nascidos no final da Idade Média e que se constituíram definitivamente nos nossos dias, que, por sua própria formação, deram origem ao que chamamos de Economia Nacional (*Volkswirtschaft*). Assim como as línguas e literaturas modernas, as organizações militares, financeiras, administrativas e constitucionais são causas e efeitos da formação do Estado; da mesma forma a Economia Nacional. São os fenômenos econômicos que acompanham o nascimento desses grandes corpos sociais que chamamos de *Volkswirtschaft*, de *political economy*, d'*economie politique* (SCHMOLLER, 1893, p. 329)<sup>17</sup>.

Portanto, à medida em que eram construídos os Estados Nacionais, no final da Idade Média – a partir da criação de organizações tributárias, financeiras, políticas, jurídicas e administrativas em espaços geográficos ampliados – vão sendo criadas as condições para o florescimento de atividades econômicas que superem os âmbitos familiares ou locais. A expressão Economia Nacional (*Volkswirtschaft*) se refere a essa possibilidade de vida material no âmbito de um povo, uma nação (*Volk*). As economias modernas não se resumem a agentes submetidos à divisão do trabalho intercambiando bens. As Economias Nacionais são entidades complexas que abarcam indivíduos, empresas, instituições públicas, sistemas de infraestrutura e outras organizações que surgiram a partir do final da Idade Média.

A esta união resultante da divisão do trabalho e do comércio vem se juntar uma união jurídica e organizacional feita pela comunidade do direito econômico e das instituições econômicas públicas: mesma política comercial, industrial, agrícola, mesmo sistema de impostos, de tarifas, de alfândegas, de finanças, mesmo sistema monetário e mesmo sistema de crédito público, uma dívida pública nacional e comercial, um exército, uma escola, uma assistência pública estatal, uma organização de transporte público por meio das estradas de ferro, canais, linhas de navegação, colônias e tratados internacionais – todas essas instituições agora dominam todas as economias individuais muito mais do que no passado, e fazem de cada uma um membro dependente da Economia Nacional (SCHMOLLER, 1893, p. 332)<sup>18</sup>.

Em resumo, “o conceito de Economia Nacional procura abranger o conjunto das economias que se justapõem ou se sobrepõem, de uma terra, de um povo, de um Estado” (SCHMOLLER, 1905, p. 16)<sup>19</sup>.

---

17 “Ce sont seulement les grands États nationaux, nés à la fin du moyen âge et qui se sont définitivement constitués de nos jours, qui ont par leur formation même donné naissance à ce que nous appelons l'économie nationale (*Volkswirtschaft*). Tout comme les langues et les littératures modernes, les organisations militaires, financières, administratives et constitutionnelles sont à la fois causes et effets de la formation de l'État; de même l'économie nationale. Ce sont les phénomènes économiques qui accompagnent la naissance de ces grands corps sociaux que l'on désigne sous le nom de *Volkswirtschaft*, de *political economy*, d'*economie politique*” (SCHMOLLER, 1893, p. 329).

18 “A cette union qui résulte de la division du travail et du commerce vient s'ajouter une union juridique et organisatrice par le fait de la communauté du droit économique et des institutions économiques publiques: même politique commerciale, industrielle, agricole, même système d'impôts, de tarifs, de douanes, de finances, même système monétaire et même système de crédit public, une dette publique nationale et commerciale, une armée, une école, une assistance publique d'État, une organisation publique des transports au moyen des chemins de fer, des canaux, des lignes de navigation, des colonies et des traités internationaux – toutes ces institutions dominent actuellement toutes les économies individuelles beaucoup plus qu'autrefois, et font de chacune un membre dépendant de l'économie nationale” (SCHMOLLER, 1893, p. 332).

19 “Le concept d'économie nationale prétend embrasser l'ensemble des économies, qui se juxtaposent ou se superposent, d'une terre, d'un peuple, d'un Etat” (SCHMOLLER, 1905, p. 16).



Em um texto provocador, em que realiza uma releitura do mercantilismo, intitulado “O sistema mercantil e seu significado histórico”, o autor procura compreender o sistema mercantil a partir do ponto de vista da evolução histórica das organizações político-econômica europeias, que teriam, ao longo de muitos séculos, assumido a forma progressiva de vilas, cidades, territórios, até a formação mais avançada, dos Estados Nacionais. Em todas essas formas históricas, as atividades econômicas estavam ligadas ao mundo político e cultural.

O que eu tenho em mente, é a conexão entre a vida econômica e o essencial, os órgãos controladores da vida política e social. A dependência das principais instituições econômicas de cada período em relação à natureza do corpo ou dos corpos políticos mais importantes da época (SCHMOLLER, 1884, p. 2)<sup>20</sup>.

Por exemplo, na formação das cidades europeias, no final do período feudal, são instituições políticas que possibilitavam o avanço de atividades econômicas, como a divisão do trabalho e o crédito:

Para começar, a escolha de uma localidade, o estabelecimento de um plano, a construção de rodovias, de estradas e de muralhas; depois a pavimentação das ruas, o transporte de água e o estabelecimento da iluminação; e finalmente, os arranjos comuns necessários para o mercado, que levou a edifícios comerciais comuns, balanças públicas etc. Isto, juntamente com a justaposição de residências e as formas mais avançadas de divisão do trabalho, de moeda e de crédito, tudo criou uma massa de instituições comuns uniformes e trouxe uma associação mais próxima que a anterior (SCHMOLLER, 1884, p. 6)<sup>21</sup>.

Enquanto a construção e o fortalecimento de instituições políticas favorecia a ampliação da divisão do trabalho e a generalização de práticas econômicas mais sofisticadas, estas fortaleciam a capacidade política das cidades, provocando o que pode ser caracterizado como um efeito de retroalimentação:

Os muitos estados da Holanda, as províncias francesas, as cidades-estados italianas, todos são fenômenos análogos. Nós estamos tratando de um grande fenômeno histórico, pelo qual os sentimentos locais e as tradições foram fortalecidos, as forças econômicas e sociais do território total consolidado, foram criadas importantes instituições legais e econômicas [...] (SCHMOLLER, 1884, p. 43-44)<sup>22</sup>.

As passagens analisadas a seguir sintetizam a visão do autor acerca do surgimento e consolidação conjunta dos modernos Estados Nacionais e das Economias Nacionais. Em primeiro lugar, a expansão da divisão do trabalho e do comércio na Europa tomou proporções muito maiores a partir dos séculos XVI e XVII, com o comércio colonial de especiarias e metais preciosos.

Então esta mesma época – a segunda metade do século XVI e o século XVII – foi uma época que deu todo incentivo para a transformação econômica. O caminho já estava aberto, para

20 “What I have in mind, is the connection between economic life and the essential, controlling organs of social and political life, — the dependence of the main economic institutions of any period upon the nature of the political body or bodies most important at the time” (SCHMOLLER, 1884, p. 2).

21 “To begin with, the choice of a locality, the laying-out of the plan, the construction of roadways, of bridges, and of walls; then the paving of the streets, the bringing of water, and the setting-up of lights; and, finally, the common arrangements which are necessary for the market, and which lead to common market-houses, public scales, etc. — these, together with the close juxtaposition of residences, and the higher forms of division of labour, of currency, and of credit, all create a mass of uniform, common institutions, and bring about an association of a far closer character than before” (SCHMOLLER, 1884, p. 6).

22 “The several states of Holland, the French provinces, the Italian city-states, are all analogous phenomena. We have to do with a great historical process, by which local sentiment and tradition were strengthened, the social and economic forces of the whole territory consolidated, important legal and economic institutions created (...) (SCHMOLLER, 1884, p. 43-44).

fora dos círculos estreitos dos pequenos territórios em direção à maior união de forças, possível apenas nos grandes estados. Um horizonte imensurável havia sido aberto no comércio mundial com a Índia e a América; a posse de colônias de especiarias dos novos países com ouro e prata prometeram riquezas incalculáveis para aqueles países que entenderam como agarrar sua parcela da pilhagem (SCHMOLLER, 1884, p. 46)<sup>23</sup>.

Em segundo lugar, a ampliação dos sistemas europeus de comunicação e de dívida privada e pública, assim como a sofisticação da indústria têxtil deram impulso à expansão do poder de alguns territórios, que passaram a se organizar em áreas econômicas maiores.

Em casa, mudanças econômicas de igual importância também aconteceram. Os novos serviços postais criaram um sistema de comunicações totalmente novo. Letras de câmbio e as grandes operações comerciais em certas feiras juntamente com os bancos que estavam agora aparecendo, produziram uma maquinaria de crédito enorme e de longo alcance [...]. Além disso, agora acontecia em vários países uma divisão geográfica do trabalho, que quebrou a antiga diversificação da indústria urbana; aqui a manufatura de lã estava se agrupando em certas vizinhanças e em torno de certas cidades, ali a manufatura de linho [...]. Essas forças convergentes todas impeliram a sociedade a se reorganizar de em áreas econômicas maiores, e direcionou para a criação dos Estados Nacionais e suas políticas correspondentes (SCHMOLLER, 1884, p. 46-47)<sup>24</sup>.

Por fim, interesses comerciais e políticos comuns, assim como a proximidade cultural e religiosa e a necessidade de união para a defesa em relação a grupos rivais impulsionaram a criação de instituições em áreas geográficas mais amplas, das quais nasceram os Estados Nacionais.

A questão agora era – em uma sociedade dividida entre classes sociais totalmente diferentes umas das outras e complicada pela divisão do trabalho – de levar ao mais longe possível, com base nos sentimentos nacionais e religiosos comuns, uma união para a defesa externa e para a justiça e a administração internas, para a moeda e o crédito, para os interesses comerciais e econômicos como um todo [...] (SCHMOLLER, 1884, p. 49)<sup>25</sup>.

Do ponto de vista de Schmoller, o mercantilismo não é um sistema teórico equivocado, como pensara Adam Smith, por exemplo, que argumenta que o foco do sistema mercantil no acúmulo de ouro e prata teria sido derivado de uma visão equivocada acerca do que constitui a causa da riqueza das nações<sup>26</sup>.

Segundo Schmoller, longe de configurar um corpo teórico equivocado acerca da economia, o mercantilismo consistiu primordialmente em doutrinas e práticas dirigidas a “construção

23 “Yet this very time, — the second half of the sixteenth century and the seventeenth century, — was an epoch which gave every inducement for an economic transformation. The way was already clear, out of the narrow circle of the small territory into the larger union of forces possible only in the great state. An immeasurable horizon had been opened to the world's trade in India and America; the possession of spice colonies, and of the new gold and silver countries, promised measureless riches to those states that understood how to seize their share of the booty” (SCHMOLLER, 1884, p. 46).

24 “At home, also, economic changes, of no less importance, took place. The new postal services created an altogether new system of communication. Bills of exchange, and the large exchange operations at certain fairs, together with the banks which were now making their appearance, produced an enormous and far reaching machinery of credit (...). Moreover, there now took place in the several countries a geographical division of labour, which broke up the old many-sidedness of town industry; here the woollen manufacture was grouping itself in certain neighbourhoods and around certain towns, there the linen manufacture; here the tanning trade, there the hardware trade (...). These forces all converging impelled society to some large economic reorganisation on a broader basis, and pointed to the creation of national states with a corresponding policy” (SCHMOLLER, 1884, p. 46-47).

25 “The question now was, — with a great society divided into social classes widely different one from another and complicated by the division of labour, — to bring about, as far as possible, on the basis of common national and religious feelings, a union for. external defence and for internal justice and administration, for currency and credit, for trade interests and the whole economic life” (SCHMOLLER, 1884, p. 49).

26 Adam Smith argumenta que o pensamento mercantilista equivocadamente considera que: “Analogamente, supõe-se que um país rico — da mesma forma que um indivíduo rico — é aquele que tem muito dinheiro; nessa suposição, acumular ouro e prata em um país constitui o caminho mais rápido para enriquecê-lo” (SMITH, 1776, p. 415).

de Estado e construção da Economia Nacional ao mesmo tempo”. As proposições mercantilistas acerca da moeda, da balança comercial, do protecionismo, entre outras questões, teriam como resultado a substituição de instituições locais pelas instituições de nível nacional.

[...] no seu núcleo mais profundo ele [mercantilismo] não foi nada mais que construção de Estados – não construção de Estados em um sentido simples, mas construção de Estado e construção da Economia Nacional ao mesmo tempo [...].

A essência do sistema mercantil não está em alguma doutrina da moeda ou da balança comercial; não está nas barreiras tarifárias, impostos protecionistas ou leis de navegação; mas em algo bem maior: isto é, na transformação total da sociedade e das suas organizações, assim como do Estado e das duas instituições, na substituição das políticas econômicas locais e territoriais pelas políticas do Estado Nacional” (SCHMOLLER, 1884, p. 50-51)<sup>27</sup>.

O fortalecimento dos Estados Nacionais, longe de configurar um obstáculo para a consolidação das Economias Nacionais, é uma pré-condição para o desenvolvimento das mesmas. O livre comércio dentro de um determinado território político, o estabelecimento de um sistema unificado de pesos e medidas, a padronização do sistema monetário e de crédito, o estabelecimento de uma legislação comum e de um sistema de administração pública são condições necessárias para a expansão do comércio e o aprofundamento da divisão do trabalho.

A luta contra a grande aristocracia, as cidades, as corporações, as províncias, a união econômica e política desses grupos isolados em grupos maiores, a luta por medidas uniformes e pela cunhagem de moeda, para um sistema bem ordenado de moeda e de crédito, para leis uniformes e pela administração uniforme, para o comércio mais livre e ativo dentro do território – tudo isso criou uma nova divisão do trabalho, uma nova prosperidade e liberou milhares de forças em direção ao progresso (SCHMOLLER, 1884, p. 21)<sup>28</sup>.

O pensamento de Schmoller acerca das relações entre o Estado e os mercados difere da visão convencional da economia contemporânea, que vê as esferas política e econômica como entidades autônomas e contrárias. Para o líder da Escola Histórica Alemã, Estados Nacionais e Economias Nacionais nascem e crescem de maneira interligada, fenômeno que Schmoller testemunhou durante a sua vida, na formação do Império Alemão, consolidado apenas na década de 1870. A região onde posteriormente foi formado o Império Alemão foi, ao longo da maior parte do século XIX, composta por uma miríade de reinos, principados, cidades-estados e outras formas autônomas de organização política e social. Schmoller e outros autores ligados à Escola Histórica Alemã testemunharam *in loco*, e de certo modo contribuíram para, a construção simultânea de um Estado Nacional alemão e de uma Economia Nacional alemã<sup>29</sup>.

---

27 “(...) in its innermost kernel it is nothing but state making — not state making in a narrow sense, but state making and national-economy making at the same time (...). The essence of the system lies not in some doctrine of money, or of the balance of trade; not in tariff barriers, protective duties, or navigation laws; but in something far greater : — namely, in the total transformation of society and its organisation, as well as of the state and its institutions, in the replacing of a local and territorial economic policy by that of the national state” (SCHMOLLER, 1884, p. 50-51).

28 “The struggle against the great nobility, the towns, the corporations, and provinces, the economic as well as political blending of these isolated groups into a larger whole, the struggle for uniform measures and coinage, for a well-ordered system of currency and credit, for uniform laws and uniform administration, for freer and more active traffic within the land, — this it was which created a new division of labour, a new prosperity, and which liberated a thousand forces towards progress.” (SCHMOLLER, 1884, p. 51).

29 Schmoller observa corretamente que a construção de Estados Nacionais foi uma pré-condição para a construção das Economias Nacionais. Entretanto, existe uma grande polêmica, que envolve uma extensa bibliografia, acerca das origens históricas do capitalismo, que não será tratada com profundidade no presente texto. Ellen Wood (1999, 2001), por

Os próximos dois itens aprofundam a visão do autor acerca da relação entre Estados Nacionais e Economias Nacionais a partir de um ponto de vista fundamental da Escola Histórica Alemã, a concepção de que o pensamento econômico não pode ser apartado da ética.

#### 4 Economia histórica e ética e a defesa de políticas sociais

Procurando sintetizar importantes contribuições ao pensamento econômico da época, Schmoller (1905, p. 296-297) identifica algumas características mais importantes que estariam presentes nas principais obras de Economia Política e que deveriam continuar fundamentais<sup>30</sup>:

1° Eles [autores de Economia Política] devem reconhecer a ideia de desenvolvimento como a ideia científica dominante do nosso tempo; 2° Eles devem se colocar de um ponto de vista científico e moral, tomar como ponto de partida a realidade dos instintos e sentimentos, reconhecer as forças morais, ver na Economia Nacional um fenômeno social que deve ser considerado do ponto de vista moral e do direito, das instituições e organizações diversas; deve-se estudar a vida econômica ao mesmo tempo que o Estado, a religião e a moral; da economia política dos negócios emerge novamente uma ciência moral e política; 3° Deve-se adotar uma atitude crítica em relação tanto ao direito natural individualista quanto ao socialismo: é questão de separar e de reconhecer, nas duas escolas, aquilo que há de bom e de rejeitar aquilo que há de ruim (SCHMOLLER, 1905, p. 297)<sup>31</sup>.

A passagem acima resume vários dos elementos principais da obra do autor. Em primeiro lugar, a ênfase no desenvolvimento, compreendido como processo de mudança, de transformação social e não apenas no sentido contemporâneo de melhoria das condições socioeconômicas de um país. Em segundo lugar, o entendimento da economia imersa em um contexto cultural, social, político e moral, que não pode ser entendido do ponto de vista do individualismo metodológico. É impossível separar as reflexões econômicas da moral e da política. Em terceiro lugar, a defesa de um ponto de vista que procura conciliar características consideradas positivas do liberalismo econômico e do socialismo. Uma Economia Nacional não funcionaria plenamente se deixada totalmente a mercê do *laissez faire*, assim como não seria adequada uma experimentação socialista revolucionária. A reforma social seria a maneira mais adequada de enfrentar as contradições da economia moderna,

---

exemplo, argumenta que a centralização política foi uma condição necessária para o surgimento do capitalismo, mas não foi uma condição suficiente. Tal fato ficaria evidenciado pelo surgimento de Portugal, Espanha, França e outros Estados Nacionais que não desenvolveram Economias Nacionais durante os respectivos processos de formação nacional. Nesses países, a construção de Economias Nacionais foi um processo posterior. Segundo Wood, as origens do capitalismo estão ligadas às transformações, ocorridas desde a Idade Média, na sociedade inglesa, especialmente a partir do lento desenvolvimento da propriedade privada capitalista no campo e da relação de compra e venda da força de trabalho.

30 Segundo Schmoller (1905, p. 298-299), Stein, Roscher, Marshall, Cauwès, Schäffle, Rodbertus e Wagner seriam alguns dos autores que adotam tais princípios fundamentais.

31 “1° Ils doivent reconnaître l’idée de développement comme l’idée scientifique dominante de notre temps; 2° ils doivent se placer au point de vue scientifique et moral, prendre pour point de départ la réalité des instincts et des sentiments, reconnaître les forces morales, voir dans l’économie nationale un phénomène social qu’il faut envisager du point de vue des mœurs et du droit, des institutions et des organisations diverses; on doit ainsi étudier la vie économique en même temps que l’Etat, la religion et la morale; et de l’économie politique d’affaires sort de nouveau une science morale et politique; 3° il y a à prendre une attitude critique à l’égard à la fois du droit naturel individualiste et du socialisme: il s’agit de séparer dans les deux écoles ce qu’il y a de bon, de le reconnaître et de rejeter ce qu’il y a de mauvais” (SCHMOLLER, 1905, p. 297).

criando instituições que visem superar os problemas sociais e morais de um determinado período histórico.

Portanto, um dos elementos fundamentais do pensamento de Schmoller e da Escola Histórica Alemã é defesa da impossibilidade de separar o pensamento econômico da reflexão ética: “Para a Escola Histórica [...] a teoria econômica também é uma ciência histórica e precisa, portanto, conter a explicação histórica, teórico-cultural e ética para o fenômeno da economia” (KOSLOWSKI, 1995, p. 6)<sup>32</sup>. Enfatizando a relação entre ética e economia, Schmoller chamava seu próprio método de “histórico-ético” (SCHUMPETER, 1954, p. 780; SHIONOYA, 2005, p. 6). Primeiramente é importante observar o ponto de vista de Schmoller sobre a questão de justiça na economia política:

Mesmo aquele que reduz todos os impulsos e ações humanos aos sentimentos de prazer e dor tem que admitir que, até onde conhecemos a natureza humana, existem, além de impulsos básicos, impulsos intelectuais, estéticos e morais, mais elevados. Eles dão à vida aqueles objetivos ideais, do crescimento das concepções que acompanham e influenciam toda vida humana, todas as ações, as instituições, como visões ideais do que deveria ser. Poderíamos chamar a essência do que deveria ser de Bem abstrato, então o Justo abstrato seria parte dele. A justiça é uma virtude humana. Tem sido chamado a virtude das virtudes. É o hábito permanente de adaptar suas ações às idéias que chamamos de abstrato Justo. O Justo por si, qualquer coisa absolutamente justa, é encontrado na realidade tão pouco e tão raramente quanto qualquer coisa absolutamente boa. O justo é sempre uma concepção ideal, à qual a realidade pode se aproximar, mas nunca alcançará (SCHMOLLER, 1881, p. 2)<sup>33</sup>.

É fundamental destacar dois aspectos presentes na citação acima. O primeiro elemento é a recusa a reduzir as ações humanas a cálculos e sentimentos de prazer e dor. Quase nunca a ação humana se reduz a impulsos básicos, primitivos. Para entender adequadamente as ações e escolhas culturais, políticas ou econômicas é necessário levar em consideração fatores intelectuais, estéticos e morais que não se reduzem a considerações sobre prazer e dor. Por isso, para o autor, o comportamento econômico não pode ser totalmente compreendido com a abstração das características culturais e históricas da realidade. É por essa razão que Schmoller caracteriza seu pensamento econômico como histórico-ético.

O segundo aspecto é a adoção do ponto de vista do relativismo histórico. A justiça é um estado em que estamos diante de uma constante busca por fazer o que é moralmente correto, tentando agir de maneira ética com o próximo e com a sociedade em um determinado contexto cultural. Desse modo, consegue-se atingir o conceito de justiça de um determinado período histórico, mas não um conceito de justiça que seja totalmente abstrato e a-histórico.

---

32 “To the Historical School (...) economics is also a historical science and must therefore contain the historical, theoretical-cultural and ethical explanation of the phenomena of the economy” (KOSLOWSKI, 1995, p. 6).

33 “Even he who reduces all human impulses and actions to the feelings of pleasure and pain must admit that, as far as we know human nature, there are, besides lower impulses, higher intellectual, aesthetic and moral ones. They give to life those ideal aims, from them grow those conceptions which accompany and influence all human life, all actions, all institutions, as ideal visions of what ought to be. Should we call the essence of what ought to be, the abstract God, the abstract Just would be part of it Justice is a human virtue It has been called the virtue of virtues. It is the permanent habit of mankind to adapt its actions to the ideas which we call the abstract Just. The Just per se, anything absolutely just, is found in reality as little and as seldom as anything absolutely good” (SCHMOLLER, 1881, p. 2).

No que diz respeito às questões da justiça nas relações econômicas, Schmoller argumenta que a definição de uma transação econômica como justa ou injusta não depende de fatores meramente econômicos, como a oferta e a demanda, mas depende também da tradição e dos sentimentos e ideias de cada época. Se apenas a competição e as forças cegas, da natureza ou do mercado, prevalecessem, a sociedade viveria constantemente em conflito: “Se na ordem econômica pudéssemos reconhecer apenas a decisão de forças cegas, de interesses egoístas, massas naturais e processos mecânicos, seria uma batalha constante, uma anarquia caótica; isto iria representar a guerra de todos contra todos” (SCHMOLLER, 1881, p. 15)<sup>34</sup>.

Nas relações comerciais, o autor defende que enquanto o valor de um bem for diferente para cada pessoa, uma certa desigualdade nos lucros não parecerá injusta, porém apenas quando ultrapassa certos limites, é que surge um sentimento de injustiça clamando por uma intervenção. Schmoller argumenta também que, ao longo dos anos, a consciência pública se faz necessária para enfrentar os impulsos egoístas do mercado, que sempre alimentaram a busca pela liberdade incondicional de contrato. A consciência pública teria provocado a regulamentação governamental de preços, o controle público dos abusos no comércio e a restrição da exploração. Desse modo, aqueles que tem menor poder nas relações de mercado poderiam ser auxiliados por uma força maior, jurídica e política, reduzindo a discrepância entre as partes.

Enquanto o valor de cada coisa boa for diferente para cada homem, uma certa desigualdade de lucros não parecerá injusta. Somente quando esta igualdade ultrapassa certos limites, quando a sua causa não é a livre decisão de um homem livre, surge um sentimento vivo de injustiça e a procura por um remédio legal. Por milhares de anos, os impulsos egoístas daqueles que são mais fortes na luta competitiva social exigiram liberdade incondicional de contrato; e essa demanda é sempre oposta pela consciência pública e pela demanda do mais fraco, que estabelece a concepção do ‘preço justo’, que exige uma regulação governamental dos preços, estatutos da usura, consideração pela ‘lesão enorme’ [*laesio enormis*], controle público dos abusos no comércio. e tráfico, uma restrição de exploração. Este requisito desaparece apenas quando dois iguais reais se encontram, os quais, em regra, obtêm benefícios iguais de suas relações comerciais (SCHMOLLER, 1881, p. 19)<sup>35</sup>.

Deste modo observa-se que Schmoller aufere uma crítica em relação ao pensamento econômico liberal (associado em suas origens, a Smith, Ricardo, Say, Bentham, entre outros autores, e bastante influente na contemporaneidade), o qual toma por base para a justiça na economia a liberdade de contratos. Partindo do pressuposto de que as diferentes partes de um contrato não necessariamente estão em condições de proximidade de poder, o autor consegue defender a

---

34 “If in the economic order we could recognize only the ruling of blind forces, of selfish interests, natural masses and mechanical processes, it would be a constant battle, a chaotic anarchy; it would present the ‘bellum omnium contra omnes’” (SCHMOLLER, 1881, p. 15).

35 As long as the value of every good thing is a different one for each man, so long a certain inequality of profits will not seem unjust. Only when this equality oversteps certain bounds, when its cause is not the free decision of a free man, does a lively feeling of injustice arise and seek a legal remedy. For thousands of years the selfish impulses of those who in the social struggle of competition are the stronger; have demanded unconditional freedom of contract; and this demand is always opposed by public conscience and the demand of the weaker, which establishes the conception of justum pretium, which requires a governmental regulation of prices, statutes on usury, consideration for the ‘laesio enormis’, public control of abuses in trade and traffic, a restriction of exploitation. This requirement disappears only when two real equals meet, who as a rule derive equal benefit from their commercial relations (SCHMOLLER, 1881, p. 19).

intervenção pública que limita a liberdade de contrato mas busca atingir objetivos morais que a livre ação individual não tem como meta.

Schmoller também observa que a história das classes sociais aparenta atravessar alguns estágios determinados. Observa uma tendência histórica de democratização do poder político e econômico. Ao longo da história, diferentes classes e frações de classe teriam acesso ao direito ao voto e ao legislativo. Tal processo teria beneficiado primeiramente às diferentes frações da aristocracia, posteriormente à burguesia e, finalmente, à classe trabalhadora. Entretanto, o autor considera que o processo de democratização não poderia ser muito radical, ou ameaçaria a estabilidade social.

(1) Estabelecimento de um poder cívico definido, que se apóia exclusivamente nas prerrogativas de determinados grupos monárquicos ou aristocráticos. esses estreitos grupos a princípio governam bem e com justiça. Com o tempo, porém, eles caem em abusos de poder e o domínio de classe começa. (2) a tentativa é feita para admitir grupos mais amplos ao poder, sufrágio eleitoral e legislativo e elegibilidade para o cargo. Por fim, toda a massa democrática é assim equalizada. Se o movimento for longe demais, se os incompetentes políticos ganharem demasiada influência, se as massas democráticas adquirirem apenas vantagem momentânea e lucro, segue-se, em vez do antigo controle de classe aristocrático, o ainda pior controle de classe democrático. Toda a liderança cívica firme e segura cessa e com tudo isso apenas governo (SCHMOLLER, 1904, p. 511)<sup>36</sup>.

Mais do que apontar o caminho pelo qual a sociedade historicamente tende a percorrer, o autor também identifica um possível meio para evitar que as situações de domínio de classe ocorram, partindo de uma melhoria e fortalecimento no aparato cívico de maneira que este poder se mantenha neutro e distante da influência das classes. Este cenário seria atingido progressivamente através de um mais preciso e justo direito constitucional e administrativo, através da educação e seleção de pessoas que se encontram em posições governamentais superiores às classes dominantes de forma apartidária. Desta forma seria gerado um aparato governamental público capaz de contribuir para relações mais harmoniosas entre as classes sociais. A busca pela amenização de conflitos de classe é um dos objetivos das políticas de reforma social propostas por Schmoller. O autor procura se opor tanto ao igualitarismo radical defendido por alguns seguimentos do movimento socialista quanto às visões naturalistas e conservadoras da sociedade:

Como o primeiro, temos a esperança socialista otimista para o desaparecimento de todas as antíteses de classe contra a teoria pessimista que encontra na história apenas uma intensificação progressiva dos contrastes de classe. A idéia socialista pressupõe o desaparecimento de todas as divisões de trabalho e ocupação, de todas as diferenças de raça, talentos, capacidades, de abolição da cidade e do país, uma destruição de dotado assim como o desaparecimento de todas as forças cruas e secundárias, com, tanto quanto possível, um futuro sistema de reprodução que produzirá totalmente como seres humanos de um tipo

---

36 “(i) Establishment of a definite civic power, which rests exclusively upon the prerogatives of given monarchical or aristocratic groups. These narrow groups at first govern well and justly. In time, however, they fall into abuses of power, and class dominance begins. (ii) The attempt is made to admit wider groups to power, electoral and legislative suffrage, and eligibility to office. At last the whole democratic mass is thus equalized. At first, if it is done wisely and temperately, this leads to good results, particularly so long as the administration remains in the hands of a firm, strong government. If the movement goes too far, if political incompetents gain too great influence, if the democratic masses acquire merely momentary advantage and profit, there follows, instead of the older aristocratic class control, the still worse democratic class control. All firm, secure civic leadership then ceases and with it all just government” (SCHMOLLER, 1904, p. 511).

mediocre. Não podemos ver onde o progresso viria aqui, e ainda menos como e através de que tipo de causas e instituições poderíamos chegar a tal condição.

Por outro lado, não há confirmação histórica da ideia de uma diversidade crescente de classes. (SCHMOLLER, 1904, p. 519)<sup>37</sup>.

O autor também se refere a fatores como igualdade jurídica, livre escolha de ocupação, liberdade de povoamento, liberdade de casamento, leis para proteção do trabalho, exemplos de políticas sociais em debate na época. Sendo assim, para Schmoller (1904), a questão mais importante seria sempre a mudança “no mundo das energias espirituais”, da circulação de ideias, e a partir daí, mudanças no âmbito político, social e econômico. No que se refere às políticas sociais, a garantia da universalização da educação pública seria uma das tarefas primordiais:

Uma reforma escolar democrática deveria ser a pedra angular da reforma social [...]. É claro que somente uma organização societária universal de instrução para todos torna possível uma certa liberdade na escolha da ocupação, oferece a possibilidade de trazer os alunos talentosos das escolas mais baixas para o superior e abole as antíteses sociais mais extremas que causaram a dependência mais evidente (SCHMOLLER, 1904, p. 521)<sup>38</sup>.

Por fim, para as questões das constituições políticas e da organização econômica, seria necessário atingir um padrão justo entre as concessões feitas aos trabalhadores e à defesa da propriedade existente da presente constituição cívica e da organização do poder. Caso esse padrão seja possível de ser atingido, para Schmoller (1904, p. 230), o objetivo da conciliação pode ser alcançado mais facilmente do que em qualquer outro Estado, sem revolução, mas ao longo do caminho da reforma gradual e moderada.

## 5 Considerações finais

A Escola Histórica Alemã é, juntamente com o marxismo, a principal fonte de influência para a economia heterodoxa do século XX. Por essa razão, a abordagem merece ser revisitada. Schmoller foi o principal nome da Escola Histórica e teve papel de liderança do ambiente acadêmico alemão de economia no final do século XIX e início do século XX, que influenciou o ambiente acadêmico de diversos, como os Estados Unidos, a Inglaterra, o Japão, a Finlândia, a Rússia, a Índia e a França.

---

37 “As to the first, we have the socialistic optimistic hope for the disappearance of all class antitheses over against the pessimistic theory which finds in history only a progressive intensification of class contrasts, The socialistic idea presupposes a disappearance of all divisions of labor and occupation, of all differences of race, talents, capabilities, of abolition of city and country, a wiping out of all the more highly endowed as well as the disappearance of all raw and minor forces, with, so far as possible, a future breeding system which will produce wholly like human beings of a mediocre type. We cannot see where the progress would come in here, and still less how and through what sort of causes and institutions we could ever come to such a condition.

On the other hand there is no historical confirmation of the idea of a constantly increasing diversity of classes” (SCHMOLLER, 1904, p. 519)

38 “A democratic school reform should be the capstone of social reform (...). It is clear that only a universal societal organization of instruction for all makes possible a certain freedom in choice of occupation, offers the possibility of bringing the talented pupils of the lower schools into the higher, and abolishes the most extreme social antitheses which caused the most evident dependence” (SCHMOLLER, 1904, p. 521).



Schmoller realizou diversas contribuições importantes para o pensamento econômico, entretanto não é um autor muito estudado nas disciplinas convencionais dos cursos de economia. O maior afastamento da economia em relação às demais ciências humanas (e o processo relacionado de aprofundamento da matematização da economia), ao longo do século XX, fizeram com que as contribuições da Escola Histórica Alemã fossem deixadas em segundo plano.

O autor desenvolveu críticas sofisticadas acerca do caráter a-histórico de boa parte da produção teórica da época. Criticou o emprego do método abstrato e dedutivo, muito associado ao pensamento de Ricardo e seus seguidores. Defendeu que a análise econômica fosse combinada com a investigação histórica, política, moral e cultural. Em resumo, defendeu um método histórico e ético para a economia.

Schmoller nega a existência de uma natureza humana inerentemente capitalista, associada às “Robinsonadas” e ao individualismo metodológico, de modo geral. O autor foi pioneiro na investigação das instituições e organizações da vida econômica, assunto que vem ganhando força no debate econômico desde a década de 1970. No que se refere às instituições das economias modernas, argumentou que as instituições de mercado prevalentes no século XIX são construções sociais e não são inerentes a todas as sociedades e a todos os períodos históricos. O autor sublinhou o quanto as instituições das Economias Nacionais contemporâneas são ligadas e dependentes das instituições dos modernos Estados Nacionais.

No que diz respeito às políticas públicas, o autor promoveu as políticas sociais (principalmente educação e seguridade social) e econômicas (buscando o desenvolvimento econômico e a justiça distributiva entre os agentes), para que o funcionamento do mercado, que muitas vezes é favorável apenas para certas indústrias, classes ou nações, não crie uma maior disparidade entre países ou entre as classes da sociedade. A defesa da reforma social procurou se contrapor às versões radicais tanto do liberalismo econômico quanto do socialismo.

No que se refere às insuficiências teóricas e analíticas da obra do autor, pode-se destacar pelo menos três pontos. Em primeiro lugar, em alguns momentos o autor adota uma visão linear da história. Por exemplo, quando discorre da passagem de clãs para aldeias, destas para vilas, que por seu turno dariam origem a cidades, que tenderiam a se organizar em Estados. Schmoller adota um ponto de vista unidirecional do desenvolvimento da humanidade bastante influenciado pela experiência histórica específica do continente europeu, incapaz de considerar a especificidade dessa realidade em comparação com outras sociedades.

Em segundo lugar, em consonância com o eurocentrismo observado na crítica anterior, Schmoller adota um ponto de vista acrítico em relação ao colonialismo (e ao que posteriormente foi chamado de imperialismo). Esse tipo de política era bastante naturalizado durante o período de vida do autor, sendo criticado por um conjunto restrito de autores, entre os quais Marx e Hobson.

Uma última insuficiência notável na obra do autor é a adoção de um ponto de vista ingênuo acerca da capacidade dos Estados se posicionarem de maneira justa e imparcial em relação às disputas de classe. Schmoller argumentava que os funcionários públicos e os governantes poderiam, a partir da seleção e do treinamento, serem habituados a agir de forma neutra no que se refere aos interesses da sociedade. O processo de conciliação entre as diversas classes sociais poderia ser atingido de maneira relativamente fácil a partir do uso da razão e da análise das boas experiências. A conturbada experiência histórica do século XX, que inclui duas guerras mundiais, a Guerra Fria e um incontável número de conflitos sociais com consequências dramáticas, indica que as instituições estatais não necessariamente agem no sentido da conciliação e da pacificação de conflitos, mesmo no âmbito interno aos países.

### Referências bibliográficas

CHAVANCE, B. **Institutional economics**. Nova York: Routledge, 2009.

CUNHA, M. Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã. **História econômica & história de empresas** vol. 17 n. 1, 2014.

HANDS, D. **Reflections without rules: economic methodology and contemporary science theory**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

HODGSON, G. **How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science**. Nova York, Routledge, 2001.

HODGSON, G. **The evolution of institutional economics: agency, structure and darwinism in American institutionalism**. Nova York, Routledge, 2004.

KOSLOWSKI, P. Economics as ethical economy in the tradition of the Historical School. Introduction. In: KOSLOWSKI, P (Ed.) **The theory of ethical economy in the Historical School: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and Contemporary Theory**. Berlin, Springer-Verlag, 1995.

MENGER, C. **Princípios de economia política**. São Paulo, Abril Cultural (Os economistas), 1983.

PEARSON, H. German Historical School. In: DURLAUF, S; BLUME, L. **The new Palgrave dictionary of economics**. Nova York, Palgrave Macmillan, 2008.

ROSCHER, W. Grundriß zu vorlesungen uber die Staatswirthschaft, nach geschichtlicher methode. Göttingen, Dieter, 1843.

SCHEFOLD, B. Schmoller, Gustav von (1838-1917). In: DURLAUF, S; BLUME, L. **The new Palgrave dictionary of economics**. Nova York, Palgrave Macmillan, 2008.

- SCHMIDT, K-H. Gustav Schmoller's program and its valuation today and tomorrow. In: BACKHAUS, J; CHALOUPEK, G; FRAMBACH, H (Eds.) **Gustav von Schmoller and Adolph Wagner: legacy and lessons for civil society and the State**. Cham, Springer, 2018.
- SCHMOLLER, G. Review of Menger's Principles. In: CALDWELL, B. **Hayek's challenge: an intellectual biography of F. A. Hayek**, Chicago, The University of Chicago Press, 2004 (1873).
- SCHMOLLER, G. The idea of justice in political economy. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 4, 1893-1894 (1881).
- SCHMOLLER, G. **Politique sociale et économie politique: questions fondamentales**. Paris, Giard & E. Brière, 1902.
- SCHMOLLER, G. Économie nationale, économie politique et méthode. In: SCHMOLLER, G. **Politique sociale et économie politique: questions fondamentales**. Paris, Giard & E. Brière, 1902 (1893).
- SCHMOLLER, G. **The mercantile system and its historical significance**. Nova York e Londres, Macmillan & Company, 1896 (1884).
- SCHMOLLER, G. **Principes d'économie politique**. Vol. I. Paris, Giard & E. Brière, 1905.
- SCHMOLLER, G. On class conflict in general. **American Journal of Sociology**, vol. 20, n. 4, 1915 (1904).
- SCHUMPETER, J. **History of economic analysis**. Londres, Routledge, 2006 (1954).
- SHIONOYA, Y. **The soul of the German Historical School methodological essays on Schmoller, Weber, and Schumpeter**. Boston, Springer Science, 2005.
- SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo, Nova Cultural (Os economistas), 1996 (1776).
- WOOD, E. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- WOOD, E. The agrarian origins of capitalism. **Monthly Review**, Vol. 50, No. 3, 1998.
- YAMAWAKI, N. Historicism and liberalism in Japan. In: KOSLOWSKI, P (Ed.) **The theory of ethical economy in the Historical School: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and Contemporary Theory**. Berlin, Springer-Verlag, 1995.